

Processo Seletivo 2024 para o Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos

GABARITO

Sugestão para as bancas avaliadoras

Para a correção das provas, as questões são acompanhadas de um padrão de resposta. Este padrão tem por objetivo orientar a banca avaliadora, no sentido de contemplar o que se espera que o candidato escreva em sua prova, pontuando o que deve ser considerado como conteúdo mínimo, mas não necessariamente idêntico. Assim, o gabarito tem a função de nortear os fundamentos passíveis de pontuação e valoração das respostas.

Bom trabalho.

QUESTÃO 1 PADRÃO DE RESPOSTA:

A resposta para essa pergunta envolve dois pontos:

- 1 Citar os tipos de outorga
- 2 Explicação de quais os tipos outorga

A outorga de direito de uso de recursos hídricos deve ser solicitada por todos aqueles que usam, ou pretendem usar, os recursos hídricos, seja para captação de águas superficiais ou subterrâneas; lançamento de efluentes; qualquer ação ou atividade que interfira no regime hídrico existente, além do uso de potenciais hidrelétricos. No caso das águas subterrâneas, a outorga deve ser emitida pelo poder público estadual ou do Distrito Federal. A outorga deve ser obtida para todos os usos de recursos hídricos, mesmo se o usuário já tem seu uso implantado ou não. A exceção é para algumas formas de uso da água que podem ser consideradas de pouca expressão, no tocante à quantidade de água demandada frente à disponibilidade existente no local. Nesses casos, exclui-se a obrigatoriedade da outorga, mas não a responsabilidade de computar os usos e, portanto, de informar ao poder público federal ou estadual os valores utilizados.

REFERÊNCIA:

Agência Nacional de Águas (Brasil). Outorga de direito de uso de recursos hídricos / Agência Nacional de Águas. -- Brasília: SAG, 2011. Disponível em:

https://www.aguas.sc.gov.br/jsmallfib_top/Estudos%20e%20Documentos/ApostilaA NA_Volume_6_outorga.pdf. Página 13 e 14.

QUESTÃO 2 PADRÃO DE RESPOSTA

Em relação aos instrumentos de gestão de recursos hídricos, cabe aos comitês:

- 1. Aprovar o plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica, acompanhar a sua execução e sugerir providências necessárias ao cumprimento de suas metas;
- 2. Escolher alternativa para o enquadramento dos corpos d'água;
- 3. Definir prioridades para outorga de direito de uso da água;
- 4. Propor os usos não outorgáveis ou de pouca expressão;
- 4. Estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso dos recursos hídricos;
- 5. Sugerir os valores a serem cobrados pelo uso da água;
- 6. Propor as prioridades para aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos do setor elétrico na bacia.

REFERÊNCIA:

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (Brasil). Comitê de bacia hidrográfica: o que é e o que faz? / Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – Brasília: ANA, 2022. 122 p.: il. (Capacitação em Gestão de Recursos Hídricos; v. 1) ISBN: 978-65-88101-33-9 (Digital)

Disponível em: https://biblioteca.ana.gov.br/sophia_web/acervo/detalhe/95483 Páginas 44 e 45

QUESTÃO 3 PADRÃO DE RESPOSTA

Os principais impactos da mudança do clima sobre os recursos hídricos no país podem ser sintetizados em quatro grandes tendências:

- 1. Aumento da criticidade hídrica para bacias hidrográficas da Região Nordeste, embora não haja consenso sobre estudos acerca da dinâmica da precipitação de chuvas;
- 2. Rápido declínio nos fluxos para as bacias da parte ocidental do Nordeste e do Atlântico Ocidental;
- 3. Tendência de declínio na oferta de água superficial para quase todas as regiões do Brasil, pois o declínio na precipitação de chuvas poderá impactar os fluxos dos rios em bacias geradoras de hidroeletricidade, além de afetar as taxas de recarga de águas subterrâneas.
- 4. Aumento da precipitação e, consequentemente, das vazões para a região Sul do país.

REFERÊNCIA:

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima: volume 2: estratégias setoriais e temáticas: Portaria MMA nº 150 de 10 de maio de 2016 / Ministério do Meio Ambiente. Brasília : MMA, 2016. 2 v. Disponível em: https://antigo.mma.gov.br/images/arquivo/80182/LIVRO_PNA_Plano %20Nacional V2 copy copy.pdf. Pág 168

QUESTÃO 4 PADRÃO DE RESPOSTA:

A resposta para essa pergunta envolve dois pontos:

- 1 Citar os indicadores
- 2 Explicação dos indicadores
- a) Reservação artificial: oferta potencial de água fornecida pelo conjunto de reservatórios artificiais existentes na região;
- b) Reservação natural: oferta natural de água nos rios, representada pela relação entre a vazão dos cursos d'água no período de chuvas e a vazão de estiagem.
- c) Potencial de armazenamento subterrâneo: estoque de águas subterrâneas nos aquíferos da região;
- d) Variabilidade pluviométrica: representada pela média da precipitação anual, espacializados para todo o território considerado.

REFERÊNCIA:

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (Brasil). Plano Nacional de Segurança Hídrica - PNSH. Brasília: ANA, 2019. 112 p., il. ISBN 9788582100592. Disponível em:

https://biblioteca.ana.gov.br/sophia web/acervo/detalhe/78469. Página 42



Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos

PROCESSO SELETIVO PROFÁGUA - EDITAL 002/2024

DIVULGAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO DA PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – PCE PÓS-RECURSO

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo **CONHECEU** e **DEFERIU** alguns dos recursos interpostos pelos candidatos, sendo alterado o padrão de resposta da **QUESTÃO 1**. Quanto aos padrões de resposta das Questões 2, 3 e 4 a Comissão Organizadora do Processo Seletivo **CONHECEU** e **INDEFERIU** os recursos interpostos pelos candidatos.

QUESTÃO 1

NA RESPOSTA DA QUESTÃO 1 DEVERÁ CONSTAR:

1 - Citar e explicar os tipos de usos que necessitam de outorga

A solicitação da outorga de direito de uso da água é obrigatória e deve ser requerida para todo uso realizado sob condições especificadas em regulamentação própria. Os tipos de usos da água a serem outorgados e os que podem ser dispensados de outorga — os considerados como insignificantes — variam conforme o corpo hídrico e o órgão gestor. Os usos insignificantes são determinados quando a vazão de água utilizada é menor que aquela definida em legislação como o volume mínimo para se exigir a solicitação da outorga por parte do usuário. A Política Nacional de Recursos Hídricos traz diretrizes gerais sobre os usos que dependem de outorga:

- derivação ou captação de parcela da água existente em um curso d'água para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo;
- extração de água de aquífero subterrânea para consumo final ou insumo de processo produtivo;
- lançamento em corpo d'água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final;
- · aproveitamento dos potenciais hidrelétricos; e
- outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo d'água

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTADA:

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (Brasil). **Outorga dos direitos de uso de recursos hídrico**s. Brasília: ANA, 2019. 76 p., il.; color. Disponível em: https://biblioteca.ana.gov.br/sophia web/acervo/detalhe/82409. Página 24

QUESTÃO 2

NA RESPOSTA DA QUESTÃO 2 DEVERÁ CONSTAR:

Em relação aos instrumentos de gestão de recursos hídricos, cabe aos comitês:

- 1. Aprovar o plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica, acompanhar a sua execução e sugerir providências necessárias ao cumprimento de suas metas;
- 2. Escolher alternativa para o enquadramento dos corpos d'água;
- 3. Definir prioridades para outorga de direito de uso da água;
- 4. Propor os usos não outorgáveis ou de pouca expressão;
- 4. Estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso dos recursos hídricos;
- 5. Sugerir os valores a serem cobrados pelo uso da água;
- 6. Propor as prioridades para aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos do setor elétrico na bacia.

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTADA:

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (Brasil). **Comitê de bacia hidrográfica: o que é e o que faz?** / Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – Brasília: ANA, 2022. 122 p.: il. (Capacitação em Gestão de Recursos Hídricos; v. 1) ISBN: 978-65-88101-33-9 (Digital)

Disponível em: https://biblioteca.ana.gov.br/sophia web/acervo/detalhe/95483. Páginas 44 e 45

QUESTÃO 3

NA RESPOSTA DA QUESTÃO 3 DEVERÁ CONSTAR:

Os principais impactos da mudança do clima sobre os recursos hídricos no país podem ser sintetizados em quatro grandes tendências:

- 1. Aumento da criticidade hídrica para bacias hidrográficas da Região Nordeste, embora não haja consenso sobre estudos acerca da dinâmica da precipitação de chuvas;
- 2. Rápido declínio nos fluxos para as bacias da parte ocidental do Nordeste e do Atlântico Ocidental;
- 3. Tendência de declínio na oferta de água superficial para quase todas as regiões do Brasil, pois o declínio na precipitação de chuvas poderá impactar os fluxos dos rios em bacias geradoras de hidroeletricidade, além de afetar as taxas de recarga de águas subterrâneas.
- 4. Aumento da precipitação e, consequentemente, das vazões para a região Sul do país.

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTADA:

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima: volume 2: estratégias setoriais e temáticas**: Portaria MMA nº 150 de 10 de maio de 2016 / Ministério do Meio Ambiente. Brasília: MMA, 2016. 2 v. Disponível em: <u>LIVRO PNA Plano Nacional V2 copy copy.pdf (mma.gov.br)</u>. Página 168

QUESTÃO 4

NA RESPOSTA DA QUESTÃO 4 DEVERÁ CONSTAR:

A resposta para essa pergunta envolve dois pontos:

- 1 Citar os indicadores
- 2 Explicação dos indicadores
- a) Reservação artificial: oferta potencial de água fornecida pelo conjunto de reservatórios artificiais existentes na região;
- b) Reservação natural: oferta natural de água nos rios, representada pela relação entre a vazão dos cursos d'água no período de chuvas e a vazão de estiagem.
- c) Potencial de armazenamento subterrâneo: estoque de águas subterrâneas nos aquíferos da região;
- d) Variabilidade pluviométrica: representada pela média da precipitação anual, espacializados para todo o território considerado.

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTADA:

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (Brasil). **Plano Nacional de Segurança Hídrica - PNSH**. Brasília: ANA, 2019. 112 p., il. ISBN 9788582100592. Disponível em: https://biblioteca.ana.gov.br/sophia_web/acervo/detalhe/78469. Página 42